

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2003

A desactivação da exploração ferroviária no ramal de Viseu, constituído pelos troços ferroviários das ex-linhas do Dão e Vouga, ocorreu há mais de 12 anos, tendo inclusive alguns troços das referidas linhas sido transformados em caminhos e estradas municipais.

A Câmara Municipal de Viseu e a REFER — Rede Ferroviária Nacional, E. P., celebraram um protocolo relativo ao aproveitamento, por parte do município, dos troços ferroviários das ex-linhas do Dão e Vouga, na área do concelho, para estabelecimento de ligações locais, cuja vigência se encontra condicionada à prática de actos do Governo, nomeadamente o presente.

O município deu também a conhecer o interesse das juntas de freguesia na utilização dos edifícios ferroviários existentes naqueles troços, para o exercício de actividades próprias, a benefício das populações locais.

Desta forma, cumpre-se o objectivo de permanente actualização da rede ferroviária nacional, tendo em conta a procura actual e potencial do transporte ferroviário, o progresso técnico e os interesses públicos das regiões servidas, promovendo, simultaneamente, novas formas de cooperação entre a administração central e as autarquias locais.

Considerando que a declaração de desclassificação do ramal de Viseu constitui a solução mais adequada para a satisfação das necessidades colectivas em presença:

Foram ouvidos, nos termos legais, a Câmara Municipal de Viseu e o Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes.

Assim:

Nos termos do artigo 12.º, n.º 5, da Lei n.º 10/90, de 17 de Março, e da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Desclassificar da rede ferroviária nacional o ramal de Viseu, constituído pela ex-linha do Dão, quilómetros 31,000-48,885, e pela ex-linha do Vouga, quilómetros 126,810-140,800.

2 — Determinar que os terrenos, imóveis e equipamentos do ramal desclassificado no número anterior ficam no domínio público sob gestão da REFER, E. P.

Presidência do Conselho de Ministros, 18 de Junho de 2003. — O Primeiro-Ministro, *José Manuel Durão Barroso*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PISCAS

Portaria n.º 538/2003

de 9 de Julho

Após um período de expansão da comercialização do vinho do Porto ao longo de quase 10 anos, registaram-se em 2001 e 2002 quebras significativas que afectaram, particularmente, o sector produtivo, na medida

em que originaram importantes quantidades de vinho em *stock*.

Esta situação traduz-se na não comercialização de quantidades significativas de vinho do Porto o que, associado às quebras de preço verificadas em 2002, implicou uma perda de liquidez muito acentuada na região, colocando alguns produtores em sérias dificuldades.

O negócio do vinho do Porto é o principal, se não mesmo o único, suporte económico de toda a região duriense e dos seus 30 000 viticultores e representa 20 % das exportações nacionais de produtos agro-alimentares.

A presente situação aconselha à adopção de medidas, excepcionais e transitórias, que contribuam para a regularização da oferta na primeira colocação no mercado no quadro da Organização Comum de Mercado do Vinho e da decisão adoptada pela Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro.

As disponibilidades geradas pelas taxas específicas incidentes sobre os produtos víquicos e suportadas pelo sector vitivinícola desta região demarcada fornecem os meios financeiros necessários para accionar as medidas de regularização da oferta agora previstas.

Assim:

Manda o Governo, pela Ministra de Estado e das Finanças e pelo Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, nos termos do disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 74/96, de 18 de Junho, e no artigo 5.º do estatuto anexo ao Decreto-Lei n.º 414/93, de 23 de Dezembro, o seguinte:

1.º É criada uma medida de apoio aos produtores de vinho generoso da Região Demarcada do Douro possuidores de vinho apto à denominação de origem Porto da vindima de 2002 não comercializado, que contratem empréstimos junto de instituições de crédito.

2.º — a) O montante máximo de crédito objecto da presente medida de apoio é de € 25 000 000.

b) O montante de crédito a apoiar a cada produtor tem por limite o valor correspondente à diferença entre o quantitativo de vinho generoso produzido na vindima de 2002 e o quantitativo comercializado à data do pedido do empréstimo.

c) Para efeito da presente portaria, considera-se que cada litro de vinho tem a valorização máxima de € 1,75.

3.º — a) Têm acesso à medida de apoio os produtores de vinho generoso detentores de vinho apto à denominação de origem Porto da vindima de 2002 não comercializado.

b) Para efeito de acesso, os interessados apresentam junto da instituição de crédito:

- i) Declaração, emitida pelo Instituto do Vinho do Porto (IVP), que comprove o número de litros de vinho apto à denominação de origem Porto da vindima de 2002 não comercializado até à data do pedido de empréstimo;
- ii) Declarações, emitidas pela Direcção-Geral dos Impostos e pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, que comprovem que a respectiva situação perante a administração fiscal e a segurança social se encontra regularizada.

c) A contratação dos empréstimos previstos na presente portaria tem como data limite 30 de Agosto de 2003.

4.º — a) O apoio corresponde a 40 % da taxa de juro contratual, até ao limite máximo de 1,8 %.

b) O apoio é apurado no final de cada ano civil e calculado dia a dia sobre o capital determinado de acordo com o disposto nas alíneas seguintes.

c) O capital objecto de apoio reduz-se, em 31 de Dezembro de cada ano, em 25 % do montante a que se refere a alínea b) do n.º 2.º, excepto se o valor do capital amortizado ou o valor da venda do vinho, apurado nos termos da alínea c) do mesmo n.º 2.º, não acompanhada de amortização, for superior àquela percentagem.

d) Na situação prevista na parte final da alínea anterior, o capital objecto de apoio reduz-se, automaticamente, na data em que ocorre a amortização do capital ou a venda do vinho.

5.º — a) Os apoios previstos na presente portaria são processados e pagos pelo IVP, de acordo com as instruções dirigidas às instituições de crédito.

b) O apoio é atribuído enquanto se verificar o pontual cumprimento de todas as obrigações assumidas pelos mutuários perante a instituição de crédito mutuante.

c) A atribuição do apoio depende ainda da apresentação pelo mutuário à instituição de crédito mutuante, até 31 de Dezembro de cada ano, de declarações, actualizadas, que comprovem o pontual cumprimento das suas obrigações perante a administração fiscal e a segurança social.

6.º — a) Os empréstimos são garantidos por penhor mercantil constituído sobre o vinho a que se refere a alínea b) do n.º 2.º, o qual é reduzido ou substituído em função da venda de vinho valorizada nos termos previstos na alínea c) do mesmo número.

b) Em reforço da garantia prevista na alínea anterior pode ser exigida outra garantia considerada adequada ao risco do empréstimo pela instituição de crédito mutuante.

7.º — a) O acompanhamento e verificação do cumprimento do disposto na presente portaria incumbe ao IVP.

b) Para efeito do disposto nas alíneas b) a d) do n.º 4.º, o IVP comunica, de imediato, às instituições de crédito mutuantes os quantitativos vendidos e a data da respectiva venda.

8.º Até à reestruturação orgânica do IVP, cabe ao Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas suportar os encargos decorrentes da presente portaria.

Em 27 de Junho de 2003.

Pela Ministra de Estado e das Finanças, *Francisco Adelino Gusmão Esteves de Carvalho*, Secretário de Estado do Tesouro e Finanças. — O Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, *Armando José Cordeiro Sevinate Pinto*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PISCAS

Portaria n.º 539/2003

de 9 de Julho

Pela Portaria n.º 632/91, de 12 de Julho, alterada pela Portaria n.º 726/97, de 22 de Agosto, foi concen-

sionada à Associação de Caçadores de Vilar de Amargo a zona de caça associativa de Vilar de Amargo (processo n.º 701-DGF), situada no município de Figueira de Castelo Rodrigo, com uma área de 2315,50 ha, válida até 12 de Julho de 2003.

Entretanto, a entidade concessionária veio requerer a sua renovação.

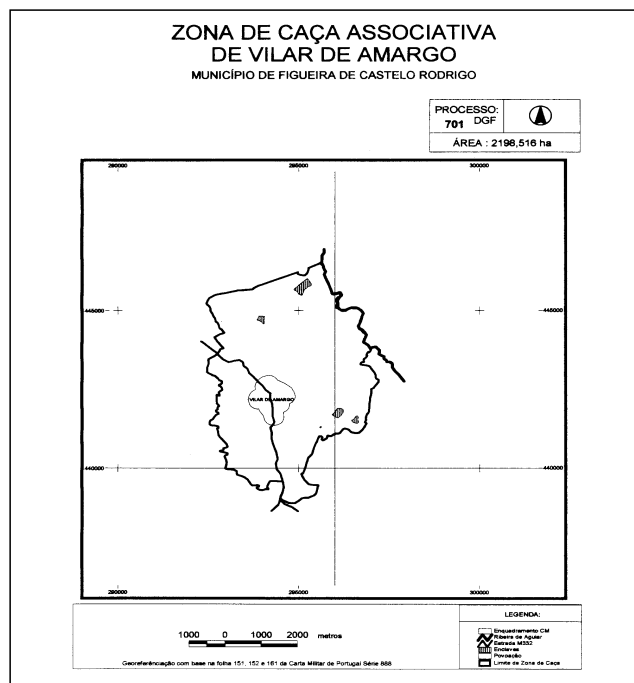
Cumpridos os preceitos legais, com fundamento no disposto no artigo 33.º e no n.º 8 do artigo 44.º, em articulação com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 227-B/2000, de 15 de Setembro, com a redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 338/2001, de 26 de Dezembro, e ouvido o Conselho Cinegético Municipal:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, o seguinte:

1.º Pela presente portaria é renovada, por um período de 12 anos, a concessão da zona de caça associativa de Vilar de Amargo (processo n.º 701-DGF), abrangendo vários prédios rústicos sitos na freguesia de Vilar de Amargo, município de Figueira de Castelo Rodrigo, com uma área de 2198,5160 ha, conforme planta anexa à presente portaria e que dela faz parte integrante.

2.º A presente portaria produz efeitos a partir do dia 13 de Julho de 2003.

Pelo Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, *Fernando António de Miranda Guedes Bianchi de Aguiar*, Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, em 24 de Junho de 2003.



Portaria n.º 540/2003

de 9 de Julho

Pela Portaria n.º 668-M/95, de 15 de Julho, alterada pela Portaria n.º 1474/95, de 22 de Dezembro, foi concessionada à Associação Cultural e Recreativa de Benespera a zona de caça associativa de Benespera (processo